
O NEGRO NO BRASIL: EDUCAÇÃO E TRABALHO PÓS- ESCRAVIDÃO POR UM VIÉS MARXISTA

Isis Tomas da Silva¹
Maria Isabel Moura Nascimento²

RESUMO

O presente trabalho alicerçado através de uma pesquisa documental e bibliográfica, tem-se como objetivo trazer à luz o caráter histórico da condição do negro no Brasil e seu acesso aos bens sociais, tal qual a educação e o mercado de trabalho. Inserido em uma sociedade estratificada, ou seja, dividida em classes, traremos uma reflexão dos caminhos percorridos pelos negros por um viés das lutas e das condições de trabalho submetidos a essa parcela da população, para que pudesse assim atenuar as desigualdades entre os negros e os brancos no Brasil. Deste modo, lançaremos mão das teorias Marxistas para podermos compreender essas relações.

Palavras-chave: Educação. Negros. História

Black people in Brazil: Education and post-slavery work through a Marxist bias

ABSTRACT

The present paper, based on a documental and bibliographical research, aims to light up the historical character of the Negro's condition and his access to social rights in Brazil, such as education and the labor market. Inserted in a stratified society, which means, divided in classes, we will bring a reflection on the paths taken by black people through a bias of the struggles and work conditions submitted to this part of the population, so that it could thus attenuate the inequalities between blacks and whites in Brazil. In this way, we will use Marxist theories to understand these relations.

Keywords : Education. Black people. history

El negro en Brasil: la educación y la pos esclavitud funcionan a través de un sesgo marxista

RESUMEN

El presente trabajo, basado en una investigación documental y bibliográfica, tiene como objetivo sacar a la luz el carácter histórico de la condición de las personas negras en Brasil y su acceso a los bienes sociales, como la educación y el mercado laboral. Insertados en una sociedad estratificada por clases sociales, traeremos un reflejo de los caminos tomados por los negros a través de las luchas y las condiciones de trabajo sometidas a esta porción de la población, para que pueda atenuar las desigualdades entre negros y blancos en Brasil. Utilizaremos las teorías marxistas para comprender estas relaciones.

Palabras clave: Educación. Los negros. Historia.

¹ Mestranda em História da educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, graduada em Filosofia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Professora da Universidade Estadual de Ponta grossa, doutora, mestre e graduada em pedagogia pela universidade estadual de Campinas - UNICAMP

INTRODUÇÃO

Após de oficializada o fim da escravidão no Brasil no século XIX, houve no país uma forte política de embranquecimento da população, seja esse branqueamento biológico, como defendida pelo antropólogo e médico carioca João Baptista de Lacerda, no qual defendia a miscigenação como algo positivo. Nascimento (2016), indo ao encontro ao pensamento de Lacerda, nos traz a seguinte reflexão a respeito do caráter positivo da miscigenação de acordo com as elites, segundo o autor “o problema da “mancha negra” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecer sob a coação do progressivo clareamento da população”. E sobretudo, o branqueamento cultural, com a negação e invisibilização da colaboração da cultura afro na formação da sociedade brasileira, logo, não é surpreendente que as narrativas acerca da história do negro, especialmente, ao que tange a história da educação da população negra seja praticamente ínfima no país.

Ou seja, podemos considerar como uma das heranças dessa “ "sub-humanização"” do negro, a carência e ocultação de temáticas e “fontes históricas que poderiam nos auxiliar e nos ensinar sobre as experiências de escolarização, sendo elas: a conquista da alfabetização, os detalhes sobre a exclusão das instituições escolares formais, os mecanismos criados para alcançar a escolarização ou as vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram os negros”. (CRUZ, 2012 apud RIBEIRO. 2016).

Alocado dentro dessa reflexão acerca da exclusão e ocultação das fontes e da atuação da população negra no Brasil, este trabalho tem como objetivo expor reflexões acerca da educação e inserção do negro na sociedade, tendo como ponto norteador as lutas de classes, trazendo à luz da discussão as barreiras impostas como: a negação da escola, da educação formal e do acesso ao mercado de trabalho para a população negra por parte do Estado.

RELAÇÃO DE TRABALHO E O NEGRO

Ao analisar as obras de Marx, nos são apresentadas categorias fundantes de seu pensamento, conceitos estes caros para melhor compreensão das relações sociais e econômicas presentes não só em sua filosofia, mas na sociedade capitalista como um todo.

Dentro dessas categorias, e talvez considerado um dos pontos mais importantes de sua filosofia, Marx nos apresenta o trabalho como o cerne de suas obras, segundo o autor, este conceito (o trabalho) permearia todas as áreas da vida humana, sobre a temática Marx (1985a, p.50) afirma que "Como criador de valores de uso, é o trabalho uma condição de existência do

homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”.

Antunes (2008) citado por (MORAES. et al., 2017) vai ao encontro com a conceituação de trabalho feito por Marx (1871), ao expor o trabalho como parte fundamental na vida humana, por suas lutas incansáveis pela sobrevivência em busca da dignidade, da humanidade e, por consequência, a felicidade social. E que é através do trabalho que os homens acabam se distinguindo dos animais e suas formas de vida. Antunes (2008) ainda citado por (MORAES. et al., 2017) ainda fomenta uma discussão quando concorda com Marx, e defende a ideia de que se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, o sistema capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado e fetichizado. O que era um ponto fundante do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital.

Dentro dessa tríade da relação do trabalho, força de trabalho e meios de produção, além de nos apresentar o trabalho como algo fundamental para a construção da relação humana, Marx também apresenta duas classes fundamentais para o entendimento de seu pensamento, a burguesia, e o proletariado, classes estas que foram fundamentais no decorrer das revoluções burguesas do século XVII.

Na perspectiva marxista, Pereira e Sampaio (2018) nos aponta que essas duas classes são delineadas a partir do modo de produção capitalista, e pressupõe a apropriação da riqueza socialmente produzida pela burguesia, a partir da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, que a fornece por meio de seu corpo. Todo esse processo formador do capitalismo, produtor da exploração do homem pelo homem, marca essa sociedade pela divisão dessas duas classes — a dominante e a trabalhadora —, e é essa divisão que produz as infindas desigualdades, pois tudo o que o trabalhador produz é apropriado por uma minoria, os donos dos meios de produção, a burguesia.

Um terceiro ponto importante em suas obras, é a questão da luta de classes, em *O Manifesto do partido comunista*, ao lado do trabalho (em *O Capital*) a luta de classes é apresentada como o motor da história, onde “a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patricio e plebeu, [...] estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta.” (MARX & ENGELS, 1998, p. 39). Todavia, apesar das duas classes supracitadas obtivera importantes papéis nas revoluções do século XVII e XVIII, as mesmas possuem interesses completamente divergentes, onde uma possui os meios de produção, e a subsequente fornece a mão de obra

como força de trabalho, e é a manutenção dessas duas classes antagônicas, sinônimo de desigualdade, e, portanto, lutas.

Ou seja, é com o advento do liberalismo, e a ascensão do sistema capitalista, que é fomentado a exploração do homem pelo homem, a exploração do proletariado pela burguesia. Conseqüentemente, surge também as desigualdades sociais, deste modo, do lado dos burgueses, surgem os donos de grandes proprietários rurais, latifundiários, e do lado antagônico, os pobres, denominado de proletariado.

Dentro dessa linha pensamento, no que tange as desigualdades entre os burgueses, ou grandes proprietários, e o proletário, agora compreendido como aquele que não possui os meios de produção, subjugados aos burgueses, traz-se à luz para uma análise, as condições de vida, trabalho, e educação dos trabalhadores negros. Fazendo uso das colaborações de Marx e Engels para melhor compreensão dos problemas sociais no Brasil, ao que tange a luta de classes e a população negra.

Neste ponto de reflexão, é preciso ter em mente que as condições de vida dos negros em território brasileiro, sempre foi marcada de forma complexa, a imigração forçada (por meio do tráfico negreiro) é um dos exemplos da violência e da exploração sistemática de homens e mulheres para sustentação de um regime escravocrata, do monopólio de cultivos como os do açúcar e do sustento da própria Coroa Portuguesa. Enriquecendo assim sumariamente os ricos e lançando a miséria cada vez mais os menos favorecidos, neste caso, os negros escravizados.

Neste sentido, Vargas (2013) ao citar Prado Júnior (1963) explica que a escravidão tinha um caráter puramente material, e que se implantou aqui uma espécie de uma empresa de comércio, que foi produtivo apenas para seus empreendedores. Ou seja, a elite via os escravos apenas como instrumentos de trabalho. Para Prado Junior (1963), o único objetivo dos colonizadores era o de gerar grandes lucros para a empresa colonial. Logo:

Para atingir tal objetivo, os negros africanos teriam contribuído de forma significativa. E estavam presentes em praticamente todas as atividades na colônia. Como todos os trabalhos manuais e mecânicos eram manuseados pelos escravos, para os colonizadores esse tipo de trabalho se tornou uma ocupação pejorativa e desabonadora (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 277 apud VARGAS, 2013)

Diante da diáspora africana, os pobres pretos, escravos e aculturados de suas raízes identitárias, construíram um império sob os castigos e a exploração impostas pela coroa portuguesa. Os negros expropriados de suas terras, não possuíam direitos, não eram remunerados pelas horas exaustivas de trabalho realizado, sem direito a alimentação adequada ou direito ao livre culto de suas crenças. Submetidos a uma vida de miséria.

130 anos após a declaração da abolição da escravatura, antes, no Brasil colônia o que os era ofertado era a senzala e o pelourinho, hoje no século XXI, a favela e o cortiço, ou seja, mesmo com o fim do trabalho forçado, o negro liberto se encontrava sem perspectivas e continuava vivendo na miséria, muitos negros seguiram para os grandes centros urbanos, onde ergueram os chamados bairros africanos, que é uma das origens das favelas de hoje em dia. Logo, o ideário de liberdade e o pensamento dos negros continuam marginalizado, oprimido, excluído do eixo da sociedade brasileira, sistematicamente deserdados da construção dos saberes sendo esses formais ou não.

O NEGRO E A EXCLUSÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR

Ao dar início ao processo colonizador no Brasil, a Coroa portuguesa não obtivera um projeto educacional idealizado exclusivo para este fim, no entanto, os enlances entre a corte portuguesa e a igreja católica, contribuiu para que esta instituição, encabeçasse o papel de educar o “novo mundo” com a ordem religiosa dos jesuítas. Voltando-se para a educação dos povos nativos por meio da catequese e no estabelecimento de aldeamentos para ocupação do território. Além dessas ideias expansionistas de manutenção e implementação do poder por parte dos portugueses, estes também obtinham como intento educar os filhos da elite que aqui se encontravam.

Inserido nesse contexto qual a educação era voltada para os nativos ou a elite da colônia, a população negra escravizada não tinha direito ao estudo, a esses, o direito a educação formal era negado, afinal, o negro era visto como mercadoria, assim como o gado ou qualquer outro “objeto” pertencente a um “senhor”.

Sobre o esse ponto, do acesso dos escravizados ao direito de frequentar a escola, assim como Gilberto Freyre em Grande & Senzala (1995, p. 413), (RIBEIRO, 2016) definiu as origens étnicas dos alunos que frequentaram as instituições jesuítas da seguinte forma:

Descobriram os primeiros missionários que andavam nus e à-toa pelos matos meninos quase brancos, descendentes de normandos e portugueses. E procuram recolher aos seus colégios esses joões-felpudos. Foi uma heterogênea população infantil a que se reuniu nos colégios dos padres nos séculos XVI e XVII: filhos de caboclos arrancados aos pais; filhos de normandos encontrados nos matos; filhos de portugueses; mamelucos; meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos louros sardentos, pardos morenos, cor de canela. Só negros e moleques parecem ter sido barrados nas primeiras escolas jesuítas. Negros e moleques retintos.

Ainda sobre o tema, para expressar a continuidade de privação do negro ao acesso à educação no decorrer da história Brasileira, Iolanda de Oliveira em: *O negro no sistema educacional Brasileiro: alguns aspectos históricos e contemporâneos*, nos traz tal apontamento localizado no Brasil império e republica:

Após a independência, a primeira constituição brasileira, datada de 1824, torna a educação primária “gratuita a todos os cidadãos” como direito inviolável. Entretanto, o negro escravizado, não tem acesso a este direito. O artigo 6 da referida constituição foi redigido da seguinte forma: Art. 6 São cidadãos brasileiros: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos”. Entende-se que estes, isto é os filhos das escravas e os ex escravos, foram incluídos na categoria de cidadãos. A despeito do mencionado direito que limita, mas não impede totalmente o acesso do negro à escola, em 1937, “o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José de Souza, sancionou no mesmo ano, a Lei nº 1 que faz a determinação seguinte para a instrução primária: Art. 3º. São proibidas de frequentar as escolas públicas: 1º “todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. 2º Os escravos e os pretos africanos ainda que sejam livres ou libertos. Portanto retira do negro, toda e qualquer possibilidade de frequentar a escola pública nesta província. (p. 3)

Logo, as primeiras instituições educacionais são voltadas para o letramento da “população”, população está, aqui compreendida como elite, com a finalidade de educar o colono para ter como fim explorar a colônia e assistir a corte portuguesa. Assim sendo, as elites tinham acesso as escolas providas pela igreja católica, e a população negra restava a exploração do trabalho. Foram 300 anos de negligenciamento, exploração, exclusão, invisibilização e negação dos direitos básicos em detrimento do sustento da coroa e elites portuguesa que se estabeleciam em território nacional.

Para exemplificar e ratificar essas informações, acerca do negligenciamento que o negro vive e viveu no Brasil, Florestan Fernandes (1965) traz em sua obra *A Integração do negro na sociedade de classes* os seguintes apontamentos:

Tomando-se em conta esse pano de fundo, parece evidente o que significa a desigualdade racial como concentração racial de riqueza, do poder e do prestígio social. Sem dúvida, o branco miserável compartilha por igual da miséria, da degradação e da corrupção desse segmento da população de cor. No entanto, a partir do nosso patamar, a população branca consegue diferenciar-se por todos os níveis da estratificação econômica e da hierarquia social, o que não sucede com os negros e os mulatos. (FERNANDES, 1965 p. 167-168).

Neste cenário de opressão e dominação de classes – entre os possuidores dos meios de produção e os subservientes – ou seja, a coroa portuguesa e a população negra escravizada, surgem as primeiras organizações populares negras. Em 1597, foram se organizando os primeiros quilombos, logo, as lutas sociais e a tensão no campo e nas cidades já existiam desde o século XVI, e com elas as lutas de classes afloravam. Os negros ansiavam pela emancipação e libertação da coroa, da senzala e da exploração de sua mão de obra.

No entanto, é importante ter em mente, e retornando para uma perspectiva contemporânea, que assim, como as escolas fundadas pelos padres jesuítas não contemplavam a população negra, o acesso e permanência a educação formal da população negra vem sendo negado pela estrutura social e pelo preconceito institucionalizado na sociedade brasileira de forma sistemática, ou seja, o acesso à educação por parte da população atualmente não é negado em forma de decreto como foi possível encontrar no Brasil colônia e no início do Brasil

republicano, no entanto, as estruturas de poder fomentadas pelo estado, e os antagonismos das classes sociais ainda atuam de forma excludente tão como no Brasil colonial, ou seja, no Brasil colônia não havia e ainda não há no século XXI escola para todos.

De acordo com as análises levantadas no ano de 2017 pelo órgão do governo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (O PNAD), o número de pessoas que não trabalham ou se qualificam cresceu cerca de 5,9% em comparação com a pesquisa levantada o ano anterior. E dentro desse levantamento, levando em consideração o quesito raça. Essa diferença de acesso à educação entre as pessoas de cor branca foi 18,7% e entre as de cor preta ou parda foi 25,9%.

Outro exemplo que pode ilustrar essa continuidade da desigualdade no decorrer da história da educação brasileira, perante negros e brancos, é a pesquisa acerca da “*Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*”, Henriques (2001, p. 26) no qual, mostrou que “55% da diferença salarial entre a população negra e branca está relacionada à desigualdade no que tange a escolarização, e outra parte da herança da discriminação educacional imposta às gerações dos pais desses estudantes”, conforme segue a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26 apud PASSOS, j. p.1).

No que engloba o ensino superior, a *Empresa Brasil de Comunicação* nos traz dados que aponta que a diferença é ainda mais acentuada, apesar do percentual de negros no nível superior ter se elevado entre 2005 e 2015. Em 2005, um ano após a implementação das primeiras políticas de ações afirmativas, como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos na classificação do IBGE e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior.

Um exemplo dessa diferenciação, é mostrado no *Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA*, apresentado por Queiroz:

A invisibilidade de uma característica como a cor num espaço de produção e transmissão de conhecimento sobre a sociedade, como é a instituição universitária poderia surpreender, não fosse a crença disseminada, de que vivemos efetivamente numa “democracia racial”. Isso transforma num fato corriqueiro o silêncio sobre a cor nos mais diversos setores da vida brasileira. Como assinalamos, até 1997 não havia na UFBA, nenhuma referência à condição racial dos alunos, como se esse fosse um

aspecto absolutamente irrelevante da realidade brasileira, e, em particular, na cidade mais negra das Américas”.

E ainda:

O incômodo em lidar com a cor está presente em muitos espaços. A UFBA não é, evidentemente, uma exceção. Em outros espaços, também acadêmicos, além do distanciamento com relação à questão, em alguns casos, os pesquisadores têm se deparado com fortes resistências institucionais para investigar acerca das características raciais dos grupos aí presentes. Esse tema está, não raro, cercado de negações, receios e reticências. A recusa de pensar-se sobre a raça/cor revela-se, com frequência, como estratégia de dissimulação de conflitos e parece ser em muitos casos, o preço da inclusão. (QUEIROZ, 1997, p. 9).

Outro ponto que pode-se observar no que tange a discriminação e exclusão intencional dos negros, ao ensino, é o caso da cidade salvador, cidade está que em 2017, 8 em cada 10 moradores se autodeclaravam de cor preta ou parda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Os negros (pretos + pardos) somavam 82,1% das 2,954 milhões de pessoas que viviam na cidade naquele ano. Cidade está que também recebeu a primeira instituição de ensino superior do Brasil em 1808. Com o intento de educar os filhos da elite brasileira.

211 anos após a fundação da primeira universidade na cidade de salvador, a pesquisa Desigualdades raciais no ensino superior: A cor da UFBA desenvolvida por Queiroz aponta dados em que os negros continuam sem oportunidades de frequentar a escola e sem acesso ao ensino superior. E o número é ainda mais assustador quando levamos em consideração que somente 2% do corpo docente dessa universidade no qual 82 % da população são considerados negros ocupam tais espaços.

Constata-se que:

Apesar da expressiva composição de negros (pardos e pretos), no formação da população da de Salvador (em torno de 80%), seu acesso a benefícios sociais tais como educação e trabalho é ainda bastante limitado. Os dados sobre a situação educacional revelam que, com relação à alfabetização, embora o cenário mostre-se, de modo geral, animador para o conjunto da população de dez anos ou mais, no qual 89,7% encontra-se na condição de alfabetizado, essa situação não se apresenta de modo uniforme para todos os segmentos raciais. Enquanto os brancos exibem níveis de alfabetização superiores ao conjunto, os pardos igualam-se à média da população e os pretos estão 8,4 pontos abaixo desta. Os negros representam 89,6% daqueles que deixaram de se alfabetizar entre sete e quatorze anos, idade em que se espera que isso ocorra. (QUEIROZ, 1997, p. 8).15

Sobre essa “herança da miséria” herdada pelos negros do passado de exploração e privações no estado da Bahia, Zelinda Novaes (PFL/BA) pronuncia o seguinte discurso sobre o dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra e em Memória de Zumbi:

Essa maioria sobrevive em áreas de máxima opressão onde combinam-se o círculo perverso das condições subumanas da vida com as situações gravíssimas de degeneração social e comportamental. Sobrevivem com atividades de baixa remuneração e subemprego; morando nas encostas, vilas e favelas, sem equipamentos

sociais, no analfabetismo ou sem acesso à educação de boa qualidade, são empurrados à marginalização. No Brasil, os descendentes de africanos escravizados são a parcela da população mais duramente atingida pelas políticas de exclusão das elites e do poder, pelos desmontes das políticas sociais e de saúde, pelos sistemas de controle populacional, o desemprego crônico, a fome e a violência do latifúndio, do aparato policial e dos grupos de extermínio. É negra a maioria de crianças jovens assassinadas nos centros urbanos. A violência racial atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o à condição de subcidadão. Excluindo-o dos centros de decisão e reservando para ele as piores mazelas sociais, a violência expõe-se como instrumento de dominação e de controle social.¹³

Como visto, sua fala nos mostra que a condição da população negra continua marcada com os resquícios de um passado colonial, sua condição de vida ainda é determinada pela inviabilidade, exclusão, negação aos direitos básicos. O negro aparentemente ainda não saiu da “senzala”.

Logo, Para se compreender a condição da população negra no sistema nacional de educação é preciso que tenhamos conhecimento a forma pela qual a sociedade brasileira estabeleceu sua relação com o negro nos decorrentes períodos da história do Brasil, desde o Brasil colônia, ao tempo presente. Este resgate histórico no entanto, não pode ser unilateral, recuperando somente as formas de opressão e exclusão, mas também as diferenças formas de resistência e embates desta população que se efetivaram de forma paralela à condição subalterna a que foram submetidos.

CONCLUSÃO

Como já fora explicitado, a exclusão do negro aos bens de consumo é algo enraizado na sociedade brasileira, herança de uma sociedade escravocrata e legitimado pelo estado, os avanços em relação ao que tange a escolarização do negro foram conquistadas nos últimos anos, a base de muito embate e muita luta do movimento negro, logo, a história da educação do negro em nosso país, assim como é marcado por exclusões, também é marcado por lutas e conquistas.

A divisão dessas classes – burgueses e proletariados - sempre esteve presente na construção das ideias e na condução do conhecimento.

A democratização do acesso ao ensino deve ir além da inclusão dos indivíduos no espaço escolar. Alfabetizar os sujeitos, no que abarca o ensinar a ler e a escrever, é o minimamente pode ser oferecido para garantir a dignidade de um grupo. A educação, em seu mais amplo aspecto deve integrar os sujeitos nesse processo e fornecer a eles meios necessários para reflexões e criticidade. Portanto, considerar a leitura e a escrita como objetivo central da educação, não é o bastante. Também é importante e necessário considerar todos pontos da vida

³ Fala da profª Zelinda Novaes no sobre o dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra e em Memória de Zumbi., câmara dos vereadores, 20 nov. 2005.

dos indivíduos como fundamentais para sua formação intelectual. Não basta saber como são as coisas, é preciso entender todo o processo que as faz as coisas ser como são.

BIBLIOGRAFIA

DE OLIVEIRA, I. *O negro no sistema educacional brasileiro*: alguns aspectos históricos e contemporâneos. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/167086/apresentacao_iolanda_oliveira.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

DOS PASSOS, J. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. [S. l.: s. n.], 00. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/desigualdades_educacionais_eja.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965.

FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. 569 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin, 1998. DOI : 10.1590/S0103-40141998000300002

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do negro brasileiro*: Processo de um racismo mascarado. 3.ed.São Paulo: Perspectivas, 2016.

VARGAS, C. Os desafios da escola pública Paranaense na Perspectiva do Professor. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2013. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: <<https://docplayer.com.br/26902346-Os-desafios-da-escola-publica-paranaense-na-perspectiva-do-professor-pde-producoes-didatico-pedagogicas.html>>. Acesso em: 02/07/2019.

MORAES, M. A. C. de; et al. O sentido do trabalho na vida das pessoas: Uma análise à luz da educação In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2017, João Pessoa. *Anais...* . João Pessoa: Realize, 2017. p. 00 - 00. Disponível em:<https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA12_ID7589_11092017212408.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PEREIRA, E. C.; SAMPAIO, S. S. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo , n. 133, p. 432-445, dez. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300432&lng=pt&nrm=iso>.acessoem 02 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.152>.

RIBEIRO, C. M. A escolarização da população negra e a história da educação no estado de Goiás. *Poiesis Pedagógica*, Catalão-GO, 2016.

QUEIROZ, D. M. *Relatório raça e educação superior*: a cor da UFBA Disponível em : <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF>. Acesso em: 24 mar. 2019.